

ADVOCACIA INOVADORA: COMO O ADVOGADO E SUAS TAREFAS TÊM SIDO AFETADOS PELA INOVAÇÃO

INNOVATIVE ADVOCACY: HOW THE LAWYER AND THEIR TASKS HAVE BEEN AFFECTED BY INNOVATION

ABOGACÍA INNOVADORA: CÓMO EL ABOGADO Y SUS TAREAS HAN SIDO AFECTADAS POR LA INNOVACIÓN

Luan de Souza Tavares¹

RESUMO: Este artigo aborda as mudanças significativas no mundo jurídico, impulsionadas pela tecnologia e pela necessidade de acessibilidade. Explora-se a Automação de documentos, que busca tornar mais ágil o trabalho do advogado ao redigir contratos, o Legal Operations, focado na eficiência dos departamentos jurídicos, a Jurimetria, que aplica métodos estatísticos ao direito, o Legal Design, que busca tornar os documentos jurídicos mais compreensíveis, e as skills (habilidades) essenciais do advogado do futuro, como pensamento inovador, aptidão tecnológica e liderança. Essas tecnologias emergentes visam transformar a prática jurídica, promovendo eficiência, acessibilidade e transparência no sistema legal. A metodologia empregada envolveu uma revisão sistemática da literatura, com busca e análise de artigos, livros e outras fontes relevantes sobre as tecnologias emergentes no campo jurídico. Os resultados encontrados indicam que essas tecnologias estão desempenhando um papel fundamental na transformação do mundo jurídico, proporcionando maior eficiência no trabalho jurídico, facilitando o acesso à justiça e promovendo uma comunicação mais clara e acessível no âmbito legal. As skills do advogado do futuro, como pensamento inovador, aptidão tecnológica e liderança, estão se tornando cada vez mais importantes para o sucesso na prática jurídica moderna.

1857

Palavras-chave: Automação. Legal Operations. Legal Design. Jurimetria. Skills.

ABSTRACT: This article addresses significant changes in the legal world, driven by technology and the need for accessibility. It explores Document Automation, which seeks to streamline the lawyer's work in drafting contracts, Legal Operations, focused on the efficiency of legal departments, Jurimetrics, applying statistical methods to law, Legal Design, making legal documents more understandable, and the essential skills of the lawyer of the future, such as innovative thinking, technological aptitude, and leadership. These emerging technologies aim to transform legal practice by promoting efficiency, accessibility, and transparency in the legal system. The methodology involved a systematic review of the literature, searching and analyzing articles, books, and other relevant sources on emerging technologies in the legal field. The results indicate that these technologies are playing a crucial role in transforming the legal world, providing greater efficiency in legal work, facilitating access to justice, and promoting clearer and more accessible communication in the legal realm. The skills of the lawyer of the future, such as innovative thinking, technological aptitude, and leadership, are becoming increasingly important for success in modern legal practice.

Keywords: Automation. Legal Operations. Legal Design. Jurimetrics. skills.

¹ Estudante do curso de Direito — Universidade Federal do Amazonas.

RESUMEN: Este artículo aborda los cambios significativos en el mundo jurídico, impulsados por la tecnología y la necesidad de accesibilidad. Se explora la Automatización de documentos, que busca agilizar el trabajo del abogado al redactar contratos, las Operaciones Legales, centradas en la eficiencia de los departamentos jurídicos, la Jurimetria, que aplica métodos estadísticos al derecho, el Diseño Legal, que busca hacer que los documentos jurídicos sean más comprensibles, y las habilidades esenciales del abogado del futuro, como el pensamiento innovador, la aptitud tecnológica y el liderazgo. Estas tecnologías emergentes tienen como objetivo transformar la práctica jurídica, promoviendo la eficiencia, accesibilidad y transparencia en el sistema legal. La metodología empleada implicó una revisión sistemática de la literatura, con búsqueda y análisis de artículos, libros y otras fuentes relevantes sobre las tecnologías emergentes en el campo jurídico. Los resultados encontrados indican que estas tecnologías están desempeñando un papel fundamental en la transformación del mundo jurídico, proporcionando mayor eficiencia en el trabajo jurídico, facilitando el acceso a la justicia y promoviendo una comunicación más clara y accesible en el ámbito legal. Las habilidades del abogado del futuro, como el pensamiento innovador, la aptitud tecnológica y el liderazgo, están volviéndose cada vez más importantes para el éxito en la práctica jurídica moderna.

Palabras clave: Automatización. Operaciones Legales. Diseño Legal. Jurimetria. habilidades.

1 - INTRODUÇÃO

O mundo jurídico está passando por uma transformação significativa impulsionada pelo avanço tecnológico e pela necessidade de tornar o sistema jurídico mais acessível e eficiente. Nesse contexto, surgem novas tecnologias como a automação de documentos, Legal Operations (operações legais), Jurimetria, Legal Design e a necessidade de desenvolver as habilidades do advogado que irá lidar com cada uma delas.

A automação de documentos é uma das principais tecnologias que vem despontando no ramo jurídico, tendo em vista a elevada carga de tarefas manuais que o profissional do direito tem que realizar e também a enorme quantidade de documentos e contratos que existem hoje para serem arquivados, assinados, quantificados e etc.

A Legal Operations, definida como um conjunto de processos de negócios, atividades e profissionais que permitem que os departamentos jurídicos atendam seus clientes de maneira mais eficaz, está mudando a forma como os escritórios de advocacia e departamentos jurídicos operam. Ao incorporar práticas comerciais e técnicas à prestação de serviços jurídicos, o Legal Ops busca trazer eficiência para todas as áreas do departamento jurídico, além de abrir portas para a inovação.

Por outro lado, a Jurimetria, que se refere à aplicação de métodos estatísticos e numéricos à realidade jurídica, está revolucionando a tomada de decisões no campo do direito. Ao analisar dados e padrões, os profissionais jurídicos podem obter insights valiosos

sobre o comportamento e as práticas dos agentes jurídicos, permitindo uma análise descritiva e inferencial no contexto legal.

Além disso, o Legal Design surge como uma ferramenta para tornar os documentos jurídicos mais acessíveis e compreensíveis, promovendo uma comunicação clara e transparente entre advogados e clientes. Ao aplicar recursos de design na elaboração de documentos, o Legal Design contribui para uma melhor compreensão de conceitos jurídicos complexos e uma comunicação mais eficaz.

Como uma das principais tecnologias atualmente, a inteligência artificial é o motor de todas as inovações tecnológicas abordadas neste artigo e irá afetar tanto advogados quanto juízes e administradores da justiça, não podendo ser deixada de lado.

Por fim, as habilidades do advogado do futuro são essenciais para enfrentar os desafios trazidos pelo avanço tecnológico e pelas mudanças na prática jurídica. Com a necessidade de adaptar-se a um ambiente jurídico em constante evolução, os advogados precisam desenvolver pensamento criativo e inovador, habilidades em tecnologia e liderança para se destacarem no mercado.

Neste artigo, exploraremos em detalhes cada um desses campos emergentes no direito, destacando suas definições, benefícios e aplicações práticas na prática jurídica, bem como as habilidades essenciais que os advogados do futuro devem possuir para terem sucesso neste novo cenário.

2 – DIREITO E TECNOLOGIA: UMA INTERSEÇÃO NECESSÁRIA

É notório que o direito passa por um processo de transformação, por essa razão cada vez mais os escritórios e advogados vem repensando a jornada do cliente, revendo estratégias de negócio, posicionamento e diferenciais. Isso se dá em parte pelo avanço das tecnologias aplicadas ao direito, que cobram dos profissionais que haja um serviço jurídico mais célere e com um menor custo para os clientes. O modo como os escritórios de advocacia desenvolvem suas atividades nessa nova era, em que a digitalização é uma tendência global, precisa ser revisto com urgência e embora não seja uma tarefa das mais fáceis, não pode ser ignorada, devido ao potencial de oportunidades que serão perdidas. É preciso haver preparo. (Silvestre, 2023)

Segundo Paulo Silvestre, no seu livro *Direito em transformação*, o principal diferencial procurado pelas empresas trata-se das pessoas, pois são elas que transformam oportunidades em negócios. Ele aduz que a tecnologia está a disposição de todos e por essa

razão menos ela se torna, por si só, um diferencial competitivo, se não for bem empregada se torna um problema, principalmente quando não há pessoas para extrair seu máximo potencial. (Silvestre, 2023).

Nessa revolução tecnológica, é imprescindível que os operadores do direito se adaptem às transformações que certamente irão mudar a sua forma de trabalhar, seus resultados e suas atitudes. A resistência a essa intersecção entre direito e tecnologia irá com certeza suprimir oportunidades impulsionamento na prática jurídica desses profissionais, visto que nessa nova era as expectativas que se têm dos advogados também já estão passando por mudanças profundas. Quem quiser trabalhar com o direito hoje deve desenvolver novas competências e habilidades em lugares que outrora eram improváveis, principalmente no mundo dos negócios e na tecnologia. (Westphal, 2023)

Portanto é necessário que os operadores do direito sejam aliados da tecnologia, principalmente observando que ao delegar as máquinas as atividades certas tarefas repetitivas e desgastantes de baixo nível cognitivo, lhes restará mais tempo para realizar tarefas que lhe exigem maior reflexão, pensamento crítico e interpretação. Nesta senda de aplicação da tecnologia na prática jurídica Paulo Silvestre aduz:

No que diz respeito à tecnologia e às suas aplicações na prática jurídica, deve ser uma preocupação dos escritórios, e principalmente dos profissionais, pensar em como essas ferramentas podem gerar mais engajamento e promover uma melhor experiência aos clientes. Isso implica, por exemplo, em desenvolver conhecimentos sobre as aplicações dessas tecnologias, assim como uma maior familiaridade no trabalho com um grande volume de dados. É um erro achar que as novas ferramentas são como soluções mágicas para problemas antigos e, por isso, é fundamental a participação ativa de advogados no desenvolvimento e no aprimoramento tecnológico. Só alguém habituado com a prática pode perceber, por exemplo, quais tarefas podem ser automatizadas, e que tipo de benefícios isso trará ao negócio. Tais soluções só surtirão os resultados esperados se pensadas a partir dos desafios reais do trabalho de uma equipe jurídica. (Silvestre, 2023, P. 24)

Dessa forma é necessário que o advogado do futuro saiba trabalhar de forma multidisciplinar, conhecendo ferramentas que o ajudem a ter mais eficiência em seu labor, dentre muitas que hoje já existem, este artigo irá abordar 4: A automação de documentos, o Legal Operations (Operações legais), a Jurimetria e o Legal Design.

2.1 – Automação de documentos

Se formos comparar o direito às demais profissões, no que toca ao desenvolvimento tecnológico, veremos que este ainda está muito atrasado, no entanto, parece que os advogados no mundo todo passaram a se preocupar com essa questão. Verifica-se, a partir

das notícias e publicações que tem se questionado a real necessidade de um humano realizar determinadas atividades, e isso aliado às pressões por modernização profissional, tem feito os profissionais do direito repensarem o potencial da tecnologia em suas rotinas. (Feigelson; Becker, Daniel; Ravagnani, Giovanni, 2017)

A elaboração de documentos jurídicos foi e ainda é em parte uma atividade realizada predominantemente por operadores do direito, sendo está em sua grande maioria desempenhada de forma manual e muitas vezes repetitiva. Segundo o livro “O Advogado do amanhã” o grande interesse por este tema pode estar relacionado principalmente a dois fatores:

O crescente e repentino interesse dos advogados pelo tema "automação de documentos" pode encontrar respaldo em diversas hipóteses, dentre as quais destacamos duas: i) o receio de que uma importante parcela de sua atividade, supostamente exclusiva, possa ser otimizada, esvaziada e até substituída por completo ou ii) a identificação de uma profunda ineficiência operacional que, corrigida, pode, dentre outras coisas, aumentar as margens de lucro dos serviços prestados. (Feigelson; Becker, Daniel; Ravagnani, Giovanni, 2017)

Ambas as hipóteses encontram fundamento fático na realidade dos advogados hoje, entre a sensação de ameaça e a busca por inovação, creio que esta segunda deve ser a principal razão pela qual estes profissionais têm buscado modernizar seu aparato técnico em relação à elaboração de documentos.

Dentre as principais aplicações da automação de documentos, destaca-se a automação de contratos que inicia-se a partir da digitalização desses, visto que atualmente os papéis são algo ultrapassado na seara contratual, e esse processo tem como start a padronização e automação na elaboração de minutas, que não substitui o papel tradicional do advogado, pelo contrário, otimiza esse, como dispõe Alexandra Priscila e Gabriel Bagno:

Quando se fala em aplicação da tecnologia para geração automatizada de contratos, não se pretende substituir o papel do advogado, mas sim otimizar a elaboração, revisão, negociação e assinatura de documentos, proporcionando maior agilidade, redução de custos e minimização de erros humanos" (Priscila; Bagno; 2023; **Criatividade é comportamento, inovação é processo**; p.204)

Quando se aborda essa forma de automação emerge o debate em relação a eficiência operacional e inteligência jurídica, que nada mais são do que complementares, sendo esta uma forma de reduzir tempo e recursos gastos em processos manuais e repetitivos, permitindo que o jurídico se dedique a tarefas de maior valor agregado.

Dessa forma, quando um escritório possui seus documentos automatizados ele terá entre outros benefícios o aumento expressivo na produtividade, na capacidade de resposta ao cliente, na qualidade e precisão dos documentos gerados, nos ganhos relacionados à padronização e uniformização do conteúdo do documento. Ainda, a automação permite

capturar e organizar o conhecimento e a experiência das mais diversas pessoas de uma organização, libera tempo dos profissionais para tarefas nas quais sua especialização é mais valiosa e por fim a preservação de dados gerados nos documentos. Todos esses benefícios e muito mais podem advir da automação de documentos. (Feigelson; Becker, Daniel; Ravagnani, Giovanni, 2017)

Conquanto, embora hajam muitas benesses ao automatizar documentos, há também alguns desafios nesse processo, entre eles destacam-se: a dificuldade na capacitação dos empregados responsáveis pela a automação de documentos, as rejeições por medo de perda de cargos e por fim a manutenção dos seus sistemas responsáveis pela automação. No entanto, apesar dos desafios há de se destacar que é possível ter uma visão otimista a respeito como destaca Gabriel Bagno:

Está claro que, apesar dos grandes desafios, a automatização dos documentos jurídicos pode beneficiar economicamente empresas e escritórios, não só pela perspectiva de produtividade, mas também pela ótica de governança de dados e estrutura de informações estratégicas. Ao mesmo tempo, ela abre espaço para novas atividades, tais como a estruturação de conteúdos e projetos de documentação jurídica, por exemplo. As habilidades necessárias a um profissional que pretenda atuar com automação de documentos jurídicos transcendem o conhecimento tradicional e provocam o profissional contemporâneo a estudar lógica de programação e metodologia de gestão de projetos.

No campo de tecnologias emergentes e disruptivas, a automação de documentos jurídicos tem potencial de transformar o Direito de forma radical. (Feigelson; Becker, Daniel; Ravagnani, Giovanni, 2017)

Dentre as empresas que realizam o serviço de automação de contratos, destaca-se a NetLex, que atualmente trata-se de um dos grandes players da área, que possui um software de CLM (Contract Lifecycle Management) que lida com o processo de gestão de contratos de ponta a ponta. Neste sistema os seus operadores podem solicitar, elaborar, revisar, negociar, aprovar, enviar para a assinatura, gerenciar e extrair inteligência a partir das informações contidas nos documentos, tudo dentro do mesmo ambiente, de forma simples, ágil, seguro e efetivo.

A empresa oferece seus serviços a departamentos jurídicos, suprimentos, RH, vendas, marketing, inovação, TI e todos mais que precisam lidar diariamente com documentos. As operações da Netlex evidenciam que a automação de contratos pode ser uma boa ferramenta para quem busca economizar tempo de tarefas manuais e poder investir seus esforços em atividades que geram muito mais valor para seus negócios.

2.2- Legal Operations: Benefícios e eficiência na prática jurídica

A definição de Legal Operations, ou Operações legais, é dada pelo CLOC – Comport Legal Operations Consortium, que é a comunidade global de especialistas com foco em redefinição de negócios jurídicos, que conceitua esse termo como sendo “um conjunto de processos de negócios, atividades e profissionais que permitem que os departamentos jurídicos atendam seus clientes de maneira mais eficaz, aplicando práticas comerciais e técnicas à prestação de serviços jurídicos”.

A área de Legal Operations, importante ressaltar, se concentra em atividades não jurídicas que ajudam o advogado no exercício regular de sua profissão. Essa área busca trazer eficiência para todos os setores que o departamento jurídico contempla, utilizando para isso a reunião de métricas, indicadores, processos e procedimentos que fazem com que esse departamento atue em uma alta performance. E entre as várias funções do Legal Ops, temos também que este é uma porta de entrada para a inovação como destaca Paulo Samico:

É Legal Ops que vai cooptar parceiros de tecnologia para apoiar os advogados em sua missão de entregar o serviço essencialmente jurídico. É Legal Ops que vai aperfeiçoar o mecanismo de gestão de fornecedores, que vai tornar a gestão financeira mais eficiente utilizando soluções criativas. É Legal Ops que vai buscar as metodologias ágeis que mais se adequam ao time para intensificar a entrega de resultados. É Legal Ops que vai trazer a criatividade para os times de alta performance ao se responsabilizar pela capacitação e pelo treinamento de todos os profissionais que compõem a equipe. (SAMICO; Paulo, 2023, p.7)

1863

O que podemos observar é que a área de legal operations é tanto uma inovação tecnológica que veio para facilitar a vida dos juristas, quanto é uma área que abre portas para as demais inovações alvos dessa pesquisa.

E quando se fala em operações legais, devemos tratar de dois pontos fundamentais, quais sejam, a eficácia e a eficiência. A eficácia trata-se da capacidade de alcançar objetivos traçados, que trazendo para o universo jurídico é nada mais que atender as necessidades que os clientes têm e possuir uma prevenção de riscos, garantindo assim a conformidade legal. Já a eficiência trata-se da capacidade de fazer algo utilizando os recursos disponíveis de maneira otimizada, e o Legal Ops vai trazer significado a isso reduzindo custos, sem perder qualidade e precisão necessárias. (Samico; 2023, p.13)

Importante enfatizar que a área de Legal Operations está estruturada da seguinte forma: pessoas, processos e tecnologia. Para uma boa gestão é importante ter um time capacitado, processos bem mapeados e fazer uso das tecnologias disponíveis no mercado.

Um serviço de legal operations pode ocorrer de duas maneiras, o primeiro é oferecido por startups que trazem um serviço de “*legal operations as a service*”, que traz entre outros

benefícios: o apoio estratégico, não só com as operações em si, mas com a mão de obra responsável por auxiliar nesse processo; a multidisciplinaridade da equipe, que é extremamente necessária no legal ops; o foco nas operações, enquanto os advogados cuidam do que é propriamente jurídico; o apoio da tecnologia, buscando no mercado quais são as tecnologias mais adequadas para o modelo de negócios ali trabalhado entre vários outros benefícios. (Samico; Paulo, 2023)

A maneira pela qual esse serviço pode acontecer é através da implementação de departamentos de legal operations dentro das próprias empresas e escritórios de advocacia. Mas nessa forma é preciso se atentar que quando se implementa do o uma estrutura de Legal Operations, não se deve esperar resultados rápidos e milagrosos em ambientes que não estavam preparados para tal mudança. (Silva; Paulo, Fortunato; Vanessa, 2022)

Conclui-se que o setor de Legal Operations é vital para departamentos jurídicos e para escritórios de advocacia que desejam ter excelência operacional jurídica, que gera resultados factíveis, a partir de uma estratégia bem definida em um setor altamente digital e que precisa tomar decisões baseadas em dados. (Samico; Paulo, 2023, p.5)

O Legal Operations veio para ficar, como ressalta Paulo Silva e Vanessa Fortunato:

Por fim, a adaptação dos departamentos jurídicos à realidade de Legal Operations, seja por meio da implantação de uma área de Legal Ops ou pela realocação de profissionais, internos ou externos, com a finalidade estratégica de focar em aspectos das operações legais, é um caminho sem volta! E novamente: no início, pode haver uma resistência organizacional, mas tão logo papéis e responsabilidades sejam definidos, os ganhos falarão por si, e não apenas os incrementos financeiros (sejam em savings ou aumento de receita), mas também a economia em tempo, processo, fluxos e procedimentos. (Silva; Fortunato, 2022).

O sistema de Legal Operations já foi implantado em inúmeras empresas, mas além de ser uma ferramenta a ser instalada dentro das empresas, existem também empresas que oferecem esse serviço às outras, como é o exemplo da "Sem processo", que é uma LegalTech especializada na gestão de departamentos jurídicos e escritórios de advocacia. Dentre suas atividades destaca-se: higienização de base, análise e triagem de processos, complementação e validação de cadastros, controle de fontes de entrada, negociação de acordo, levantamento de subsídios, controle de pagamento e o monitoramento de caixas de emails e etc. Para que seja possível a efetivação desses serviços, é necessário o uso de tecnologias como IA, RPA's, cadastro automatizado, dashboards etc.

2.3- Jurimetria e o uso de dados no direito.

É inegável que hoje existe uma elevada quantidade de dados emergindo de diversas fontes e lugares, e esse cenário não muda em relação ao direito. Já há hoje uma ciência de dados aplicada ao direito, ou seja, se usam técnicas e conhecimentos voltados para obter formas inovadoras e rentáveis de processar dados, a fim de obter insights e auxiliar em processos de tomada de decisão. Neste artigo, no entanto, não se busca exaurir o estudo dos dados ou mesmo explicar como se dá essa utilização nos aspectos técnicos, mas sobretudo mostrar como os dados são essenciais hoje para um bom funcionamento de um departamento jurídico ou escritório de advocacia.

Antes de adentrar diretamente na jurimetria, é preciso entender que ao optar por utilizar dados na tomada de decisões o advogado já precisará ter rompido com um estereótipo que é comum a todos aqueles formados no curso de direito, que é a ideia de que a vida do direito se encerra na hermenêutica de códigos e na coleção de decisões judiciais. O advogado terá que abrir os olhos para entender que há impactos sociais das medidas jurídicas, que não são passíveis de compreensão apenas com o estudo da letra da lei, e essa compreensão passa pelo uso da estatística, que é a metodologia que transforma dados em conhecimento para entender e controlar incertezas, auxiliando na tomada de decisões. (Louzada, Vanessa; pag. 138; 2022)

A jurimetria trata exatamente sobre a aplicação desses métodos estatísticos, como discorre Vanessa Vilarino:

A jurimetria se refere a aplicação de métodos estatísticos (por exemplo, moda, média, mediana) e numéricos à realidade jurídica e às suas interpenetrações sociais, econômicas, geográficas, administrativas, políticas e culturais, investigando múltiplos fatores que influenciam no comportamento e as práticas dos agentes jurídicos para realizar a análise descritiva e inferencial no contexto legal; ela pode ser agilizada e ampliada pelas ferramentas de tecnologia." (Vilarino, Vanessa. pag. 139; 2022)

Na prática este conceito pode ser aplicado de inúmeras formas para avaliar as possibilidades a respeito de: qual será a duração de um processo, em qual valor o juiz da causa pode arbitrar a indenização por danos morais, qual a melhor estratégia para conduzir cada caso, em qual fase processual encontram-se meus processos, quanto posso perder se condenado, qual o melhor advogado para esta causa, melhor seguir com a demanda ou propor um acordo e outras várias aplicações. Além disso, dentre as já citadas vantagens na utilização da jurimetria acrescenta-se a segurança jurídica, a previsibilidade da complexidade do poder

judiciário, estratégias de administração privada e o retorno financeiro aos profissionais da área. (Louzada, Vanessa; pag. 138; 2022)

Atualmente ainda existem alguns desafios para a utilização dos dados no direito, um deles trata-se de uma questão técnica, pois no Brasil a organização e estruturação de dados em informação útil e acessível é precária, sendo mais difícil a etapa de coleta e parametrização dos dados. Os outros aspectos estão relacionados ao quesito humano, ou seja, a resistência à adoção de novos métodos e tecnologias e a falta de competência para o uso das mesmas.

No que tange a resistência dos profissionais do direito, uma questão vem à tona: A tecnologia e os dados ameaçam o conhecimento dos profissionais do direito?. A resposta é que não, pois embora essas novas tecnologias e métodos tragam vantagens, elas nunca irão substituir o valor social que o conhecimento profissional traz aos outros. O objetivo dessa inovação não é ameaçar qualquer profissão tradicional, mas enriquecê-la por meio da ciência de dados, dando ao profissional meios para desenvolver melhor seu conhecimento e aplicá-lo bem em prol de seu cliente.

Hoje o mercado de LawTechs e LegalTechs que oferecem serviços relacionados ao uso de dados no Direito tem estado em constante crescimento, neste segmento destaca-se a Data Lawyer, que oferece um software jurídico de jurimetria com foco em redução do tempo para a produção de relatórios, estudos e avaliações robustas sobre casos na Justiça do Trabalho e Federal, realizar comparações e monitorar demandas de acordo com o assunto, polos da ação e outras especificações, aumentar a capacidade de sua equipe em análises preditivas cotidianas. Tomar decisões mais assertivas, ponderando os riscos e examinando os custos.

2.4- Legal Design

O Legal Design emergiu no direito como uma forma de aplicar recursos de design na elaboração de documentos jurídicos, promovendo uma revolução na comunicação e compreensão destes. Pois é inegável que o Direito possui uma linguagem própria e por mais que se tente esclarecer de alguma forma, o discurso jurídico é complexo aos que nunca cursaram uma faculdade de direito. Essa ferramenta vem surgindo para atender as necessidades dos usuários de produtos jurídicos que são os mais interessados nas demandas, os clientes de advogados e as empresas que possuem departamentos jurídicos.

O ponto principal em relação ao Legal Design, como supracitado, trata-se da linguagem e da acessibilidade. Com o advento dessas ferramentas inovadoras, é necessário elaborar documentos jurídicos de uma outra forma. Como explica Danielle Lima e Paula Cardoso em seu artigo:

[...] o Legal Design e o Visual Law tornam efetivamente o mundo jurídico mais acessível e compreensível para pessoas leigas, já que quebram a barreira do já citado juridiquês. Os próprios profissionais sabem a importância disso, já que quase diariamente se deparam com escritas complexas e que precisam ser lidas e relidas para que o verdadeiro teor seja compreendido.

No caso dos advogados, a dificuldade de compreensão também impacta nas análises e pode atrasar o fechamento dos negócios. Para os leitores e clientes, a dificuldade na linguagem pode gerar um desestímulo, distanciamento e, em maior grau, um menor acesso à Justiça e aos direitos. E, neste ponto, é possível fazer uma diferenciação. O acesso à Justiça e acesso ao Judiciário são conceitos diferentes.

Quando trazemos essa reflexão para o universo do Legal Design, a proposta é repensar a Justiça como um todo: entender as leis do país, os contratos cotidianos, as sentenças, as intimações. Toda espécie de contato das pessoas com o Direito é uma forma de acessar a Justiça.

Em linhas gerais, estes são os contextos do Legal Design e do Visual Law:

(i) a linguagem jurídica precisa ser acessível para as pessoas; (ii) precisamos criar um produto que coloque o usuário no centro, e entenda sua real necessidade; e (iii) precisamos achar maneiras de garantir o acesso à Justiça para mais pessoas.

Com estes pontos, o Legal Design e o Visual Law trarão uma mudança social para o mundo jurídico” (MAIA; FONTENELE; CUNHA, 2020), p.90-91)

Essa área engloba elementos de design da informação, que segundo Erik Fontenele trata-se de uma prática que consiste no processo de planejamento, seleção de conteúdos, organização, escrita, formatação, revisão e testes de documentos para que aquele que os escreveu tenha a certeza que estes documentos atinjam os objetivos para os quais foram criados. Mas o design da informação não se confunde com o legal design, pois este último possui como uma de suas principais características a de que os documentos jurídicos necessitam seguir determinadas formalidades e regras ou padrões legais. (Fontenele; Erik, 2021, p.5)

Diferentemente das demais inovações faladas aqui, o Legal Design não precisa necessariamente de uma base tecnológica para ser implementado. Aqui o foco é na experiência do usuário (UX), que é segundo Don Norman toda a experiência que o usuário vai ter com o produto ou com a empresa que comercializa esse produto, desde o início até o fim. Por essa razão, para que existam serviços e documentos jurídicos melhores e mais acessíveis é preciso entender e estudar a experiência do usuário final a que esse produto se destina. (Fontenele; Erik, 2021, p.5)

Para aplicar o recursos de legal design é necessário, portanto, ter uma abordagem centrada no usuário, entendendo suas necessidades, níveis de familiaridade com o direito e suas preferências de comunicação. Na sequência é preciso analisar o documento e verificar quais das informações podem ser simplificadas visualmente, usando elementos gráficos, como fluxogramas e infográficos. Além disso, a utilização de fontes, cores e layouts deve ser feita visando a clareza do que está sendo exposto.

Ao fazer a aplicação do legal design em seus documentos jurídicos, entre outras vantagens e benefícios você terá uma melhoria na acessibilidade à informação jurídica, melhorando a compreensão de conceitos jurídicos complexos, tanto para seu cliente quanto para os demais profissionais do direito. Essa abordagem contribui também para uma comunicação mais eficaz, reduzindo a possibilidade de mal entendidos. Outra vantagem é a promoção da transparência, trazendo clareza na apresentação de informações, eliminando jargões e linguagens excessivamente técnicas.

Não obstante a isso, é importante falar daquilo que o Legal Design pode oferecer no que tange a peça jurídica que será usada pelo advogado para argumentar em juízo, nesse sentido, André Medeiros destaca que é possível enriquecer seus argumentos de forma a facilitar a compreensão do seu interlocutor nos pontos que você julga mais importante, ou seja, desenvolver uma argumentação mais fluida, sem ser prolixo, e focado no seu interlocutor. (Medeiros; 2021).

Portanto, como foi abordado, a ferramenta de Legal Design e Visual Law apresenta inúmeras vantagens no que toca a elaboração de documentos, e principalmente a compreensão destes. É necessário cada vez mais a construção de um direito mais focado no usuário e beneficiário deste, pois as ciências jurídicas não são um fim em si mesmas, mas um meio de proporcionar ao jurisdicionado o acesso à justiça.

Um grande exemplo prático dessa ferramenta é o trabalho desempenhado pela Lex Design, que é uma plataforma focada em desenvolver, através do Legal Design, soluções centradas nas pessoas voltadas para: desenvolvimento de fluxos e procedimentos internos com foco em eficiência e agilidade do time; criação e/ou melhorias de serviços para clientes internos e externos e criação de produtos digitais. A aplicação dessas soluções pode se dar na experiência do cliente, na eficiência organizacional, pode ser usada nas estratégias e na cultura de inovação, no design da informação (Visual Law) e etc.

3. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: MOTOR DAS INOVAÇÕES

A inteligência artificial é, sem sombra de dúvidas, a cereja do bolo desta revolução digital que está acontecendo no direito, pois a mesma é capaz não apenas de aprimorar os escritórios de advocacia e departamentos jurídicos, mas de revolucionar a forma que o profissional do direito trabalha, ou seja, ela possui uma aspecto revolucionário e transformador. Sendo ela encontrada em quase todas as demais tecnologias abordadas neste artigo, seja como um ingrediente acessório, seja como uma ferramenta indispensável.

Não obstante a isso, o desenvolvimento e uso da inteligência artificial tem sido uma das grandes pautas atualmente entre os juristas, principalmente no que tange a questões éticas, como a responsabilização de decisões tomadas pela IA e etc. No entanto, não se pretende neste artigo abordar essas questões éticas, mas vamos nos ater apenas ao impacto que essa tecnologia pode ter no trabalho do advogado e também em como o poder judiciário está se preparando para lidar com esses avanços, se é que está.

Em primeiro, no que tange a utilização das IA's no direito, destaca-se que ela pode ser aplicada em vários cenários, como: análise de grandes volumes de dados com o monitoramento de processos e decisões judiciais, além disso, em atividades como análise de contratos, elaboração de petições rotineiras ou em grande volume, pesquisas e buscas simples e oferece soluções criativas para delinear estratégias de uma ação.

Dentre as aplicações citadas, indubitavelmente a elaboração de petições em grande volume com certeza dispara como sendo a que mais irá gerar mudanças tanto para os advogados quanto para o poder judiciário. Pois é inegável que ajuizar uma ação atualmente tem muito menos burocracia e dificuldade do que no passado, devido a isso ocorrer por meios digitais, facilitando assim o ingresso nas vias judiciais. Em consequência disso já se observa um elevado aumento no número de ações no poder judiciário, dados do CNJ constatam que em 2022 houve um aumento de 10% no número de processos em relação ao ano anterior, registrando um total de 31,5 milhões de casos novos. Os dados revelam que a tecnologia por facilitar o trabalho do advogado no ajuizamento, também desperta no cidadão o animus de ingressar na justiça a fim de obter êxito na efetivação do seu direito.

Esse crescimento alarmante tende a aumentar com o uso da Inteligência artificial generativa, que é utilizada na geração de petições iniciais e peças jurídicas completas, que reduzem e muito o tempo que o profissional do direito levaria para elaborar tal documento. Tendo isso em mente, é necessário refletir como o Judiciário tem se munido de ferramentas

para atender a essa demanda gigante que está se formando, uma bola de neve que só tende a aumentar.

Tendo em vista a aplicação da IA generativa no setor privado, o poder público não pode ficar inerte as mudanças significativas que estão ocorrendo, por essa razão deve-se explorar o uso dessa tecnologia também na administração da justiça, seja para:

- a) busca de jurisprudência avançada; b) resolução de disputas on-line; c) análise preditiva de decisões; d) triagem de processos; e) agrupamento por similaridade de jurisprudência; f) transcrição de voz para textos com contexto; g) geração semiautomática de peças; dentre outras (Salomão, 2020)

Para ressaltar o processo mental que a Inteligência Artificial pode desenvolver Tatiane Domingues cita José Miguel Garcia Medina e João Paulo Nery dos Passos Martins:

A tomada de determinada decisão jurídica; ou, em uma abordagem mais pragmática, avaliar como os juízes ou tribunais se comportam, vale dizer, como são as decisões para casos semelhantes; ou, ainda, desenvolvendo modelos lógico-racionais para compreender e aplicar textos legais, jurisprudenciais, etc. (Medina e Martins, 2020)

O objetivo não é que a Inteligência Artificial atue como o magistrado no processo, apenas que ela sirva como ferramenta para a resolução de questões complexas e demoradas de formas mais célere, principalmente, nas demandas repetitivas, que por sua vez, são a maioria hoje e acabam abarrotando o judiciário pelo elevado fluxo de trabalho.

1870

Além disso, ressalta-se o uso da IA como meio para a efetivação dos direitos constitucionalmente garantidos, como o da razoável duração do processo, estampado no artigo artigo 50, inciso LXXVIII que assegura uma “*razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação*”. No entanto, não se trata apenas de um processo mais rápido, mas também de receber uma tutela jurisdicional de qualidade, nesse caso, livre de vícios humanos que podem ocorrer devido a elevada carga de processos em massa a serem analisados. Nesse ponto corroboro o que Tatiane Domingues destaca:

[...] O uso da inteligência artificial pelo Poder Judiciário estaria de acordo com a Constituição Federal e os princípios processuais, pois respeitando a imparcialidade, garantindo um processo com tempo razoável, eficiente e célere, estaria atuando em prol da sociedade. Além do mais, conforme já elucidado por Erik Navarro Wolkart, o uso dessa tecnologia traria mais segurança, coerência, igualdade e desestimularia litigâncias contrárias aos precedentes e a jurisprudência consolidada.”(Domingues,2023)

Destarte, a Inteligência Artificial veio para mudar tanto o setor privado quanto o setor público, seja gerando maior facilidade para os advogados no manejo das ações, seja proporcionado ao poder judiciário a oportunidade de mudar um sistema que muitas vezes é ineficiente, moroso e burocrático.

4 – QUAIS SÃO AS SKILLS DO ADVOGADO DO FUTURO?

Tendo em vista essa grande evolução no cenário jurídico atual, como já demonstrado, a figura do advogado também passa por transformações significativas. O advogado do futuro, se é que podemos dizer futuro, levando em conta que as mudanças têm ocorrido rapidamente, terá que dominar muito mais do que apenas a legislação e rotinas processuais, mas também terá que adquirir habilidades específicas para enfrentar os desafios trazidos pela tecnologia e as mudanças de paradigma na prática jurídica. Em razão disso deverá possuir pelo menos as seguintes skills (Habilidades): Pensamento Criativo e Inovador, habilidades em tecnologia e liderança.

4.1 - Pensamento criativo e inovador

Num segmento que baseia grande parte de suas práticas em modelos antigos, o advogado que possuir um pensamento inovador, com certeza terá destaque no mercado. Tendo em vista também que, advogados constantemente lidam com problemas que precisam ser solucionados de formas talvez não muito convencionais ou que se forem feito dessa forma não seria eficiente,, e para isso é necessário que haja um pensamento criativo. E isso passa por entender a "dor" do outro, do nosso cliente ou da nossa empresa a fim de elaborar alternativas para resolver determinadas situações negociais. Dentre outras formas de obter tal Skill, Adriana Corrochano e Juliana Mantuano delineiam as seguintes formas:

Participar da reunião de brainstorming do projeto, apoiar no mapeamento dos riscos, ou seja, estar 100% inserido na área de negócio. Tarefa difícil, pois muitas vezes sabemos que as áreas não incluem o jurídico nas reuniões iniciais de projetos, por isso o navegar bem na companhia ou ainda uma comunicação clara e objetiva ajuda muito nesse momento;

- Sugerir outro modelo de negócio com o mesmo resultado. Nesse ponto, podem pensar como o jurídico pode fazer isso? Simples, basta entender cada vez mais o modelo de negócio da empresa e com isso te torna capaz de propor alternativas interessantes e viáveis com toda bagagem jurídica que possui;
- Solicitar um risk assessment (avaliação de risco) de um escritório externo caso haja necessidade de uma segunda opinião e montar uma tabela da forma que seja exposto qual é o problema x risco x sugestão para mitigá-los, ou seja, uma opinião externa mas simplificada para os top managers de forma compreensível, por meio de uma leitura na tabela os riscos e opções ficam claros;
- Estudar e ler sobre assuntos que não são do nosso dia a dia. Este quesito te permite expandir seus conhecimentos em outras matérias que pode ser uma pergunta de um novo business da empresa ou mesmo trazer a aplicação de alguma experiência ao seu dia a dia;
- Exponha sua opinião ainda que seja na matéria que não é a sua área de atuação.

Exemplo: porque não opinar no modelo de operação logística, nas formas de apuração de evidências, ou naquela área que parece burocrática e que você tem ideias para melhorar o processo?. (Corrochano; Mantuano; 2023, p.107)

4.2 - Habilidade ou afinidade com tecnologia

Com a tecnologia moldando o futuro do direito como já visto, é extremamente necessário que o advogado possua o mínimo de afinidade ou habilidade em lidar com ela. Pois ela pode ser um fator que vai potencializar seus negócios e gerar muito mais valor para os seus serviços. Portanto ou o advogado se capacita nessa área ou ele integra em seu time alguém especialista na área, mas isso não muda o fato de que com o tempo este precisará ter um conhecimento básico para trabalhar com tecnologia.

Como vimos em capítulos anteriores, a tecnologia está moldando o futuro do Direito, seja ao potencializar as atividades jurídicas ou ao gerar novas (muitas) oportunidades de negócio. As soft skills ganharam uma relevância ainda maior na hora de avaliar, contratar e desenvolver profissionais, diante da complexidade dos cenários em que o mundo vive - tendo em vista, claro, a inserção de tecnologia, que molda comportamentos e negócios.

Trata-se de um cenário que requer do advogado a capacidade não só de extrair todo potencial das ferramentas tecnológicas, mas de compreender os aspectos técnicos e comerciais relacionados a tais tecnologias. Mas não é só isso - o advogado que quiser se destacar precisará de um conjunto amplo de competências e habilidades que o transformarão em um profissional completo. (Silvestre, 2023)

4.3 - Liderança

Dentre as habilidades que o advogado do futuro deve desenvolver esta com certeza não é a mais inovadora e nem a mais surpreendente, mas com certeza é uma das mais desafiadoras, pois quando falamos em liderança, falamos em influenciar pessoas em ser exemplo para outros, algo que não é tão fácil tendo em vista que vivemos em uma sociedade muito voltado para o eu, ou seja, preocupam-se consigo mesmo a todo momento. Dentro do direito isso não melhora muito, no entanto, é necessário que busquemos influenciadores onde estivermos, seja de boas práticas, seja de questões técnicas e também possuir uma responsabilidade pessoal que seja ilibada, só assim poderemos ser verdadeiros líderes e deixar um legado para aqueles que vem após.

4 - CONCLUSÃO

À medida que o mundo jurídico continua a evoluir, é fundamental que os profissionais jurídicos estejam preparados para abraçar essas mudanças e adquirir as habilidades necessárias para se destacarem no campo. O advento de tecnologias como a automação de documentos, Legal Operations, Jurimetria, Legal Design e as habilidades do advogado do futuro oferece novas oportunidades para aprimorar a prática jurídica, melhorar a eficiência operacional e promover uma maior acessibilidade ao sistema jurídico.

A automação de documentos veio para ficar e possui, como apresentado, um potencial de crescimento gigantesco tendo em vista a vasta gama de documentos que surgem durante os processos judiciais ou em relações contratuais, sendo esta, portanto, necessária para economia de tempo e também eficiência do profissional do direito.

O Legal Operations, ao incorporar práticas comerciais e técnicas à prestação de serviços jurídicos, permite que os departamentos jurídicos atendam seus clientes de maneira mais eficaz, ao mesmo tempo em que abre portas para a inovação e eficiência.

A Jurimetria oferece uma nova abordagem para a tomada de decisões no campo do direito, permitindo que os profissionais jurídicos analisem dados e padrões para obter insights valiosos sobre o comportamento dos agentes jurídicos.

O Legal Design emerge como uma ferramenta essencial para promover uma comunicação clara e transparente no mundo jurídico, tornando os documentos jurídicos mais acessíveis e compreensíveis para clientes e profissionais do direito. Ao aplicar recursos de design na elaboração de documentos, o Legal Design contribui para uma prática jurídica mais eficaz e centrada no usuário.

Por fim a Inteligência Artificial vem para gerar um grande impacto tanto para os advogados, que em breve terão que aprender a adotá-la para sobreviver no mercado, quanto para o poder judiciário que terá que se modernizar se quiser atender as demandas em massa que está sendo ajuizadas, afim de garantir uma tutela jurisdicional adequada.

Em conjunto, essas tecnologias emergentes estão transformando a forma como o direito é praticado, promovendo uma maior eficiência, acessibilidade e transparência no sistema jurídico. Para os advogados do futuro, dominar esses campos e adquirir as habilidades necessárias será essencial para se destacar em um ambiente jurídico em constante evolução.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FEIGELSON, Bruno; BECKER, Daniel; RAVAGNANI, Giovani. O ADVOGADO DO AMANHÃ: estudos em homenagem ao professor richard susskind. São Paulo: Thomson Reuters - Revista dos Tribunais, 2019.

COELHO, A. Z. et al. Legal Design Visual Law, Design Thinking, Metodologias Ágeis, Experiências Práticas, Entre Outros. Indaiatuba: Editora Foco, 2021.

MAIA, Ana Carolina; FONTENELE, Erik; CUNHA, Mayara. LEGAL DESIGN: criando documentos que fazem sentido para os usuários. São Paulo: Saraiva, 2020. 125 p.

MEDINA, José Miguel Garcia e MARTINS, João Paulo Nery dos Passos. A Era da Inteligência Artificial: As Máquinas Poderão Tomar Decisões Judiciais?. **Revista dos Tribunais**, v. 1020/2020, p. 03, outubro/2020

OLIVEIRA JUNIOR, Paulo Silvestre de. DIREITO EM TRANSFORMAÇÃO: estratégia e inovação para advogados. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023. 194 p.

PAULO SAMICO. Transformação Jurídica: Criatividade é comportamento... Inovação é processo - 1ª edição 2024. [s.l.] Saraiva Educação S.A., 2023.

SALOMÃO, Luis Felipe. [et. al]. Inteligência Artificial: Tecnologia Aplicada à Gestão dos Conflitos no Âmbito do Poder Judiciário Brasileiro. FGV Conhecimento: Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário, p.15.

VAINZOF, Rony; DERAFINO, Danielle; STEINWASCHER, Aline (cordenadores.). LEGAL INNOVATION: o futuro do direito e o direito do futuro. São Paulo: Thomson Reuters - Revista dos Tribunais, 2022. 478 p.